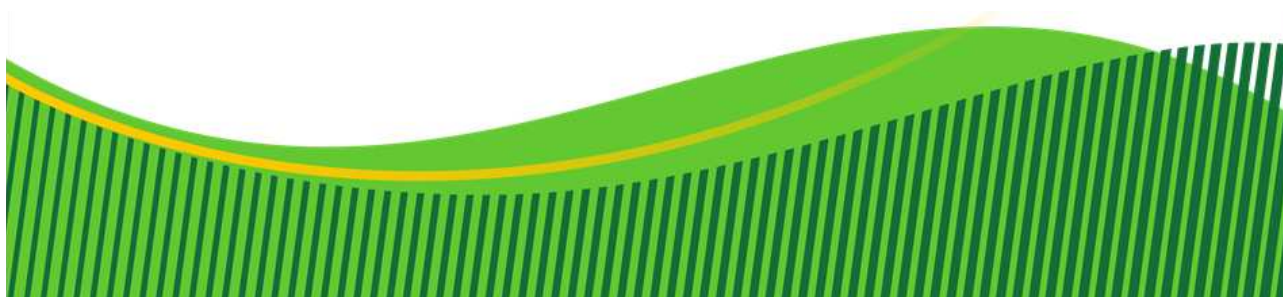


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS
CNPJ/MF nº 89.049.738/0001-57

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	603.823	602.262	CIRCULANTE	285.205	265.439
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.892	5.545	DEPÓSITOS (NOTA 12)	78.281	69.015
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	21.679	-	Depósitos à Vista	53.006	41.187
Carteira Própria	21.679	-	Depósitos a Prazo	25.275	27.828
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	211.149	262.187	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	164.309	157.054
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	15	2
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	76	30	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	164.294	157.052
Correspondentes no país	285	309	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.375	1.122
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	210.781	261.847	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.375	1.122
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	346.746	316.682	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	9.211	9.237
Operações de Crédito	362.895	331.073	Empréstimos País - Outras Instituições	9.211	9.237
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.149)	(14.391)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	32.029	29.011
OUTROS CRÉDITOS	17.059	14.981	Cobrança e Arrecadação de Tributos	300	59
Créditos por Avais e Fianças Honrados	31	85	Sociais e Estatutárias	6.568	6.196
Rendas a Receber	1.551	1.634	Fiscais e Previdenciárias	1.597	1.745
Créditos Específicos	4.741	4.314	Diversas (NOTA 15)	23.564	21.011
Diversos (NOTA 08)	15.755	13.590			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.019)	(4.642)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.298	2.867			
Outros Valores e Bens	2.286	2.855			
(Provisão para desvalorização)	(96)	(51)			
Despesas Antecipadas	108	63			
NÃO CIRCULANTE	163.896	127.069	NÃO CIRCULANTE	275.867	288.079
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	163.896	127.069	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	275.867	288.079
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	11.311	7.955	DEPÓSITOS (NOTA 12)	275.014	286.957
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.311	7.955	Depósitos a Prazo	275.014	286.957
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	102.520	75.102	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	853	1.122
Operações de Crédito	114.019	86.720	Repasse Interfinanceiros	853	1.122
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.499)	(11.618)			
OUTROS CRÉDITOS	4.149	3.176			
Diversos (NOTA 08)	4.225	3.293			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(76)	(117)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	8	-			
Despesas Antecipadas	8	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	24.356	24.356	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	206.647	175.813
Outros Investimentos	24.356	24.356	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	51.701	50.850
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	15.003	10.843	De Domiciliados no País	51.715	50.855
Imóveis de Uso	6.309	2.625	(Capital a Realizar)	(14)	(5)
Outras Imobilizações de Uso	14.884	13.424	RESERVAS DE SOBRAS	146.196	119.127
(Depreciação acumulada)	(6.190)	(5.206)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	8.750	5.836
INTANGÍVEL (NOTA 11)	6.549	5.637			
Outros Ativos Intangíveis	12.624	10.176			
(Amortização acumulada)	(6.075)	(4.539)			
TOTAL DO ATIVO	767.719	729.331	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	767.719	729.331

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS

CNPJ/MF nº 89.049.738/0001-57

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	45.357	-	45.357	89.968	-	89.968	79.937	-	79.937
Operações de Crédito	44.105	-	44.105	87.427	-	87.427	78.647	-	78.647
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.250	-	1.250	2.536	-	2.536	1.256	-	1.256
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	5	-	5	34	-	34
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.891)	(394)	(19.285)	(39.471)	(756)	(40.227)	(49.452)	(583)	(50.035)
Operações de Captação no Mercado	(11.152)	(25)	(11.177)	(27.440)	(46)	(27.486)	(36.572)	(38)	(36.610)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.363)	(369)	(3.732)	(7.562)	(710)	(8.272)	(7.899)	(545)	(8.444)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.376)	-	(4.376)	(4.469)	-	(4.469)	(4.981)	-	(4.981)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26.466	(394)	26.072	50.497	(756)	49.741	30.485	(583)	29.902
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.524)	3.029	(7.495)	(15.857)	5.696	(10.161)	(712)	5.844	5.132
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.196	6.004	10.200	7.120	11.299	18.419	6.102	9.469	15.571
Rendas de Tarifas Bancárias	2.481	-	2.481	4.923	-	4.923	4.598	-	4.598
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.863)	(1.469)	(15.332)	(27.650)	(2.594)	(30.244)	(25.035)	(1.737)	(26.772)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.894)	(1.096)	(9.990)	(17.128)	(1.997)	(19.125)	(16.278)	(1.517)	(17.795)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(62)	(253)	(315)	(272)	(485)	(757)	(157)	(373)	(530)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.458	370	12.828	31.024	394	31.418	42.557	570	43.127
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.840)	(527)	(7.367)	(13.874)	(921)	(14.795)	(12.499)	(568)	(13.067)
RESULTADO OPERACIONAL	15.942	2.635	18.577	34.640	4.940	39.580	29.773	5.261	35.034
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	134	279	413	166	343	509	(675)	(7)	(682)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.076	2.914	18.990	34.806	5.283	40.089	29.098	5.254	34.352
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(189)	(189)	-	(1.158)	(1,158)	-	(1.015)	(1,015)
Provisão para Imposto de Renda	-	(107)	(107)	-	(676)	(676)	-	(592)	(592)
Provisão para Contribuição Social	-	(82)	(82)	-	(482)	(482)	-	(423)	(423)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	16.076	2.725	18.801	34.806	4.125	38.931	29.098	4.239	33.337
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.125	(4,125)	-	4.239	(4,239)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.076	2.725	18.801	38.931	-	38.931	33.337	-	33.337
DESTINAÇÕES	-	-	-	(30.184)	-	(30,184)	(27.501)	-	(27,501)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.514)	-	(2.514)	(2.409)	-	(2.409)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.750)	-	(1,750)	(2.918)	-	(2,918)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(24.492)	-	(24,492)	(20.426)	-	(20,426)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.428)	-	(1,428)	(1.748)	-	(1,748)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.747	-	8,747	5.836	-	5,836

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS
CNPJ/MF nº 89.049.738/0001-57

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	47.380	96.953	5.199	149.532
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.592	-	(5.155)	(2.563)
Outras destinações	-	-	(44)	(44)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	822	-	-	822
Baixas de capital	(2.324)	-	-	(2.324)
Resultado do período	-	-	33.337	33.337
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.918)	(2.918)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.426	(20.426)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.380	-	(2.409)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.748	(1.748)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	50.850	119.127	5.836	175.813
Mutações do Período	3.470	22.174	637	26.281
Saldos no início do período em 01/01/2017	50.850	119.127	5.836	175.813
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.449	-	(4.341)	(2.892)
Destinações para reservas	-	1.149	(1.149)	-
Outras destinações	-	-	(346)	(346)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	965	-	-	965
Baixas de capital	(4.025)	-	-	(4.025)
Reversão de Outras Reservas	-	-	3	3
Resultado do período	-	-	38.931	38.931
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.750)	(1.750)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.492	(24.492)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.462	-	(2.514)	(52)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.428	(1.428)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	51.701	146.196	8.750	206.647
Mutações do Período	851	27.069	2.914	30.834
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não A	50.872	120.276	20.130	191.278
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	574	-	-	574
Baixas de capital	(2.207)	-	-	(2.207)
Reversão de Outras Reservas	-	-	3	3
Resultado do período	-	-	18.801	18.801
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.750)	(1.750)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.492	(24.492)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.462	-	(2.514)	(52)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.428	(1.428)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	51.701	146.196	8.750	206.647
Mutações do Período	829	25.920	(11.380)	15.369

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS
CNPJ/MF nº 89.049.738/0001-57

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21.521	42.113	34.677
Resultado do exercício	18.801	38.931	33.337
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.720	3.182	1.340
Provisão para operações de crédito	2.920	1.639	426
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	13	45	50
Provisão para desvalorização de outros créditos	179	336	620
Depreciação do imobilizado de uso	791	1.537	1.262
Amortização do intangível	798	1.536	894
Baixas do ativo permanente	164	178	837
(Reversão) para passivos contingentes	(200)	(625)	(167)
Destinações ao FATES	(1.750)	(1.750)	(2.918)
Dividendos SicrediPar	(195)	286	336
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(31.707)	(79.163)	(26.481)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.392)	(3.357)	(2.418)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(858)	(21.679)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.811	(5)	4
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(52)	(46)	1.083
Redução em relações com correspondentes	154	24	81
(Aumento) em operações de crédito	(125.479)	(59.122)	(77.909)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	96.098	6.987	32.735
(Aumento) em outros créditos	(2.206)	(3.674)	(1.486)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.597	517	(1.210)
Aumento (Redução) em depósitos	(10.066)	(2.677)	28.495
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	935	253	(60)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(569)	(26)	(2.112)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.309)	(2.214)	(2.488)
(Redução) Aumento em outras obrigações	8.629	5.856	(1.196)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido	(10.186)	(37.050)	8.196
Proveniente/(Aplicado)			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.155)	(5.874)	(4.093)
Aplicações no Intangível	(1.219)	(2.448)	(1.513)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido	(2.374)	(8.322)	(5.606)
Proveniente/(Aplicado)			
Integralização de capital	574	965	822
Baixa de capital	(2.207)	(4.025)	(2.324)
Juros ao capital próprio	(52)	(52)	(29)
Distribuição de Sobras	-	(3.238)	(2.607)
Reversão de Outras Reservas	3	3	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido	(1.682)	(6.347)	(4.138)
Proveniente/(Aplicado)			
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(14.242)	(51.719)	(1.548)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	229.915	267.392	268.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	215.673	215.673	267.392

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/05/1946 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(50.039)	4	(50.035)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.985)	4	(4.981)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.136	(4)	5.132
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(17.742)	(53)	(17.795)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(13.116)	49	(13.067)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	4.892	5.545
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	210.781	261.847
Total	215.673	267.392

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.311	7.955
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.311	7.955
Total realizável a longo prazo	11.311	7.955

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	21.679	-
Total circulante	21.679	-

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	188.591	102.436	291.027	236.644
Financiamentos	10.652	10.683	21.335	23.162
Financiamentos rurais e agroindustriais	163.652	900	164.552	157.987
Carteira total	362.895	114.019	476.914	417.793

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	31	-	31	85
Devedores por compra de valores e bens	2.738	4.223	6.961	5.531
Títulos e créditos a receber (i)	9.770	2	9.772	7.441
Total	12.539	4.225	16.764	13.057

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	5	-	-
Nível A	0,50	112.941	111.762	565	559
Nível B	1,00	213.974	170.852	2.140	1.709
Nível C	3,00	80.348	63.385	2.441	1.902
Nível D	10,00	54.478	53.183	5.448	5.318
Nível E	30,00	12.981	13.491	3.894	4.047
Nível F	50,00	8.966	8.844	4.483	4.422
Nível G	70,00	3.196	2.901	2.237	2.031
Nível H	100,00	6.794	6.427	6.794	6.427
Total (i)		493.678	430.850	28.002	26.415

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 4.741 (2016 - R\$ 4.353).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.974	46.520	65.902	80.679	195.075	162.846
Rural	11	38.965	124.676	900	164.552	157.987
Industrial	65	5.852	5.369	4.989	16.275	14.081
Comércio	498	29.191	13.440	9.520	52.649	49.565
Outros Serviços	584	16.080	26.307	22.156	65.127	46.371
Total	3.132	136.608	235.694	118.244	493.678	430.850

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	63.570	12,88	50.507	11,72
50 devedores seguintes	77.019	15,60	63.792	14,81
100 devedores seguintes	57.440	11,64	48.979	11,37
Demais	295.649	59,89	267.572	62,10
Total	493.678	100	430.850	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos:

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	30.768	29.722
Constituição de provisão	4.469	4.981
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.494)	(3.935)
Saldo final	32.743	30.768

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.318 (2016 - R\$ 2.594), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 16.933 (2016 - R\$ 6.581).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	262	113
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.360	2.590
Devedores por compra de valores e bens	2.738	2.239
Impostos e contribuições a compensar	44	24
Títulos e créditos a receber	9.770	7.440
Valores honrados	197	379
Cotas de consórcio	161	445
Devedores por convênios	52	49
Operações com cartões	32	51
Pendências a regularizar	44	53
Outros	95	207
Total Circulante	15.755	13.590

Devedores por compra de valores e bens	4.223	3.292
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	4.225	3.293

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.270	2.805
Imóveis	1.594	1.861
Veículos e afins	296	789
Máquinas e equipamentos	35	8
Bens em regime especial	345	147
Material em estoque	16	50
Despesas antecipadas	108	63
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(96)	(51)
Total Circulante	2.298	2.867

Despesas antecipadas	8	-
Total realizável a longo prazo	8	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 96 (2016 - R\$ 51) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.705	13.705
Sicredi Participações S.A.	10.650	10.650
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	24.356	24.356

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.450.159 ON	3.450.159 ON	1	1	13.705.090	13.705.090
	7.200.181 PN	7.200.181 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,22%	1,23%	0,61%	0,63%	3,90%	3,90%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	10.650	10.650	1	1	13.705	13.705

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	21.193	(6.190)	15.003	10.843
Imobilizações em curso	-	1.108	-	1.108	1.274
Terrenos	-	3.546	-	3.546	-
Edificações	4%	2.763	(459)	2.304	2.289
Instalações	10%	5.401	(1.344)	4.057	3.708
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.782	(1.189)	1.593	1.652
Sistema de comunicação	10%	130	(62)	68	68
Sistema de processamento de dados	20%	3.360	(2.282)	1.078	836
Sistema de segurança	10%	656	(164)	492	350
Sistema de transporte	20%	1.447	(690)	757	666
Intangível (i)		12.624	(6.075)	6.549	5.637
Investimentos Confederação		11.690	(5.970)	5.720	5.637
Outros ativos intangíveis		934	(105)	829	-
Total		33.817	(12.265)	21.552	16.480

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	53.006	-	-	53.006	41.187
Depósitos a prazo	10.686	14.589	275.014	300.289	314.785
Total	63.692	14.589	275.014	353.295	355.972

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	163.960	156.228
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	163.960	156.228
Outros Recursos	334	824
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	334	824
Total circulante	164.294	157.052

Recursos do Crédito Rural	853	814
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	853	814
Outros Recursos	-	308
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	308
Total exigível a longo prazo	853	1.122

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	9.211	9.237
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.211	9.237
Total circulante	9.211	9.237

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.964	2.524
Provisão para pagamentos a efetuar	7.180	6.167
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	226	851
Outras Contingências	21	34
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.576	2.760
Pendências a regularizar	6	30
Operações com cartões	9.357	6.925
Demais fornecedores	1.104	809
Credores diversos	1.130	911
Total circulante	23.564	21.011

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	830	365	(985)	210
Cível	21	5	(10)	16
Total	851	370	(995)	226

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	210	830
Cível	Provável	16	21
Total		226	851

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 11 e R\$ 1.765 (2016 - R\$ 98 e R\$ 1.493), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processo em Juízo, perante a Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre - RS com duas ações com data de entrada em 02 de dezembro de 2009, objetivando discutir a "legalidade" da exigência da COFINS e da contribuição ao PIS. Estes processos atingem o valor de R\$ 1.493, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. Estes processos iniciaram com o número 11070003056/2002-89, o qual corresponde à numeração da fase Administrativa, quando o processo tramita perante a Receita Federal.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento Auto de Lançamento em face da Cooperativa, emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), pela suposta ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 272 cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	51.701	50.850
Total de associados	57.800	59.171

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 851 (2016 – R\$ 3.470), sendo R\$ 3.911 (2016 – R\$ 4.972) via integralização de resultados e R\$ 965 (2016 – R\$ 822), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.025 (2016 – R\$ 2.324).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.514, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	40.089	34.352
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(16.837)	(14.428)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	17	15
Provisão resgate de milhas cartão	25	(3)
Provisão PPR	68	34
Receita com atos cooperativos	14.619	12.221
Juros sobre capital próprio	1.056	1.012
Outros	(106)	134
Subtotal	15.679	13.413
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.158)	(1.015)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	11.311	7.955
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	21.679	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 07)	210.781	261.847
Outros Créditos - Rendas a receber	1.109	968
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.396	2.721
Investimentos (Nota 10)	24.356	24.356
Intangível (Nota 11)	5.720	5.637
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	165.147	158.174
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.211	9.237
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	9.390	6.780
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.536	1.256
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.904	6.122
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	23.923	35.820
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	8.272	8.444
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	634	619
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.438	7.196

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	31	0,06%	164
Depósitos a prazo	1.474	0,49%	2.643
Operações de crédito	2.040	0,43%	2.424

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.176	2.993

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	518	555
Despesa de aluguéis	1.321	1.170
Despesa de comunicação	1.037	813
Despesa de manutenção e conservação	1.329	1.252
Despesa de material	362	421
Despesa processamento dados	353	298
Despesa de promoções e relações públicas	1.562	1.284
Despesa de propaganda e publicidade	214	239
Despesa de seguro	137	162
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.728	1.655
Despesa de serviços de terceiros	943	681
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.303	1.226
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.274	1.262
Despesa de serviços de transportes	1.231	1.292
Despesa de viagem	98	251
Outras despesas administrativas	5.715	5.234
Total	19.125	17.795

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.991	2.398
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.702	33.714
Reversão de provisões operacionais	4.048	3.742
Outras rendas operacionais	2.677	3.273
Total	31.418	43.127

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	973	705
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	269	243
Contribuição Confederação Sicredi	5.777	4.504
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	682	710
Encargos da administração financeira	125	190
Repasse administradora de Cartões	508	575
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.430	902
Outras provisões operacionais	2.929	3.350
Outras despesas operacionais	1.993	1.795
Total	14.795	13.067

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	98.425	96.015
Coobrigações em cessões de crédito	319	379
Total	98.744	96.394

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	202.054	173.325
Nível I (NI)	202.054	173.325
Capital principal - CP	202.054	173.325
Capital social	51.701	50.850
Reservas de capital	146.196	119.127
Lucros acumulados	8.750	5.836
Ajustes Prudenciais	(4.593)	(2.488)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	669.726	579.914
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.368	1.321
Margem de Capital (i)	130.365	114.737
Índice de Basileia (PR / RWA)	30,17%	29,89%
Situação de Imobilização (Imob)	16.960	13.993
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,39%	8,07%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Glei Amaro Linhares

Presidente

CPF: 253.213.740-15

Edson Ferreira
Diretor de Operações
CPF: 712.991.810-15

Eduardo Netto Sarubbi

Contador

CRC: RS-060899/O-8

CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Três de Maio / RS, 12 de março de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Jaime Luiz Rosso
Conselheiro

Marcelino Colla
Conselheiro

Henrique Manjabosco Marasca
Conselheiro

Eugenio Schwaab
Conselheiro

Marlene Bandeira
Conselheiro

Frabricio Deitos Fries
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS – Sicredi Noroeste RS (anteriormente denominada “Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste do Rio Grande do Sul - Sicredi Noroeste RS”)

Três de Maio - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS – Sicredi Noroeste RS (anteriormente denominada “Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste do Rio Grande do Sul - Sicredi Noroeste RS”) (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS – Sicredi Noroeste RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1